

Impactos do repatriamento. Um modelo analítico *

Rui Pena Pires **

Pires, Rui Pena (1989), "Impactos do repatriamento: um modelo analítico", *Sociedade e Território: Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 8, pp. 17-23

INTRODUÇÃO

Ao longo do ano de 1975 chegam a Portugal mais de meio milhão de portugueses até então radicados nas colónias, número que representava na altura cerca de 6% da população do país ⁽¹⁾.

Aquele processo de repatriamento não constituiu, apesar de todas as suas particularidades, um fenómeno singular, antes se inscreveu, embora com bastante atraso, num conjunto de movimentos do mesmo tipo ocorridos na Europa, desde 1945, em consequência dos sucessivos processos de descolonização do pós-guerra ⁽²⁾.

Em comparação com esses outros movimentos, o repatriamento dos portugueses de África distingue-se, basicamente, por:

- ter ocorrido numa altura de crise económica nacional e internacional;
- envolver efectivos muito numerosos, tanto em termos absolutos como, principalmente, em relação à população do país de acolhimento ⁽³⁾;
- envolver, maioritariamente, emigrantes de primeira geração;
- ter havido uma rápida e bem sucedida integração da maioria dos repatriados não só no plano profissional, mas também, e mais importante, no da participação social e política.

Os elementos de distinção listados permitem equacionar um enigma, que procurámos decifrar, e enunciar uma interrogação cuja resposta poderá contribuir para um melhor conhecimento da sociedade portuguesa.

O enigma: como foi possível o sucesso verificado na integração dos cerca de meio milhão de repatriados num país dotado de escassos recursos e envolvido numa situação de crise económica aguda ⁽⁴⁾?

A interrogação: que impactos sociais teve aquela integração bem sucedida de um contingente tão elevado de agentes com uma história claramente distinta da vivida pela maioria dos portugueses? Mais concretamente, afigura-se-nos essencial procu-

rar identificar e explicar os efeitos de estruturação induzidos pela acção dos repatriados, a partir de uma análise dos processos de aprendizagem e interacção nos quais aqueles actores estiveram envolvidos no decurso de trajetórias em que é possível distinguir três momentos fundamentais — a integração na sociedade colonial, o êxodo e a (re)integração na sociedade portuguesa.

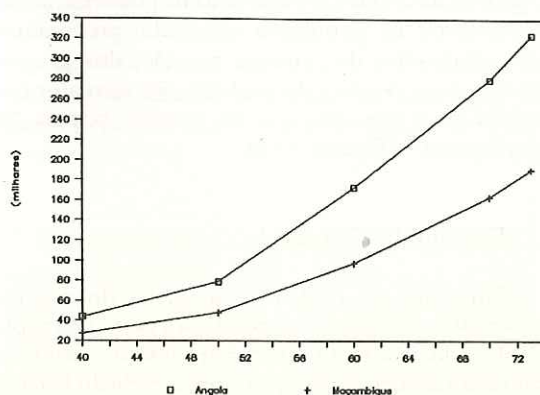
Inventariar as pistas que nos permitiram solucionar parcialmente o enigma equacionado e formular algumas das hipóteses que nos parecem mais relevantes para orientar a procura de novas respostas à interrogação enunciada, tais são os objectivos centrais deste texto.

1. MARCOS DE UMA HISTÓRIA

Os elementos estatísticos disponíveis permitem concluir que a maioria dos portugueses radicados nas colónias tinha emigrado para África a partir dos anos sessenta, período marcado por profundas alterações no sistema colonial português, e que residiam em Angola cerca de dois terços dos actuais repatriados ⁽⁵⁾ (Figuras 1 e 2).

Figura 1

Crescimento da população branca (1940-1973)



* Versão reformulada de uma comunicação apresentada ao 1.º Congresso Português de Sociologia, com o título *O Repatriamento de África: Enigmas e Interrogações*.

** Sociólogo. Assistente no ISCTE.

(1) Ver R. PENA PIRES, M. J. MARANHÃO, J. P. QUINTELA, F. MONIZ e M. PISCO, *Os Retornados: Um Estudo Sociográfico*, Lisboa, IED, 1987. Todos os dados estatísticos utilizados neste texto foram extraídos daquele estudo, o qual foi realizado no quadro do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

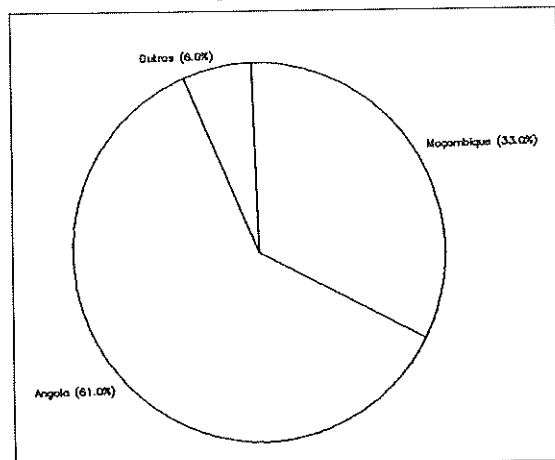
(2) Particularmente importantes foram o repatriamento dos holandeses da Indonésia e dos franceses da Argélia. Sobre as características desses movimentos ver, nomeadamente, J. H. KRAAK, «The Repatriation of the Dutch from Indonesia», *R.E.M.P. Bulletin*, 1968 e P. BAILLET, «L'Intégration des repatriés d'Algérie en France», *Population*, 30 (2), 1975, pp. 303-314.

(3) Os holandeses repatriados da Indonésia e os «pieds-noirs» representavam apenas, na época, 2,5 e 2,0% das populações holandesa e francesa, respectivamente.

(4) A generalidade dos autores que se têm ocupado do estudo destes movimentos sustentam que a conjuntura de expansão e pleno emprego das economias europeias, durante as décadas de cinquenta e sessenta, constituiu factor decisivo para a integração dos repatriados. Ver, em especial, P. BAILLET, *op. cit.*

(5) Ver C. CÓNIM, *Estimativas da População 1941-1975*, Lisboa, INE, 1977 e R. PENA PIRES et al., *op. cit.*

Figura 2
Colónia de origem (Angola e Moçambique)



Política colonial e emigração

Com o início da guerra, a política colonial do Estado Novo é marcada, por um lado, pela procura de um maior controlo e integração das populações africanas por via administrativa e cultural e, por outro, pela promoção de um desenvolvimento económico acelerado, o qual se viria a concretizar de forma mais evidente em Angola. Como suporte privilegiado destas novas orientações políticas, é incrementada por diversas formas a emigração para as colónias⁽⁶⁾.

Essa emigração difere bastante da que, pela mesma altura, se dirigia para a Europa envolvendo, predominantemente, mão-de-obra barata repelida dos campos portugueses, pois para África não se partia apenas para garantir a subsistência, mas também em busca de oportunidades acrescidas de promoção e realização pessoal. Para esse perfil do povoamento colonial dos territórios africanos contribuiu ainda, decisivamente, o facto de a implementação das novas orientações da política colonial nas décadas de sessenta e setenta, e o processo de desenvolvimento económico então encetado, terem desencadeado uma intensa procura de mão-de-obra qualificada.

Intensificação da emigração para as colónias a partir dos anos sessenta e procura de mão-de-obra qualificada, são processos que permitem explicar algumas das características centrais posteriormente observáveis na população retornada: predomínio dos emigrantes de primeira geração, dos grupos etários mais jovens e de qualificações escolares em média mais elevadas que na restante população portuguesa⁽⁷⁾ (Figuras 3 e 4).

Descolonização e êxodo

Em Abril de 1974, com a queda do regime autoritário, são criadas as condições para uma rápida descolonização. O carácter abrupto das mudanças então desencadeadas, a incapacidade do Estado

Figura 3
Naturalidade (por grupo etário, 1981)

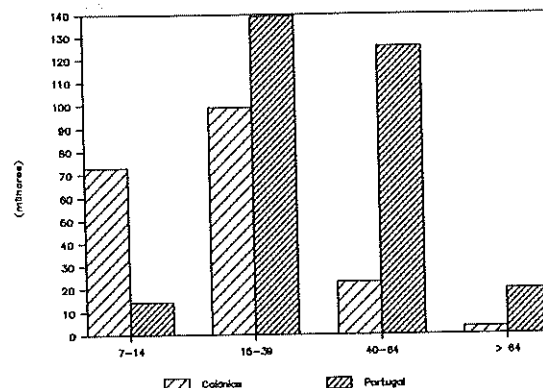
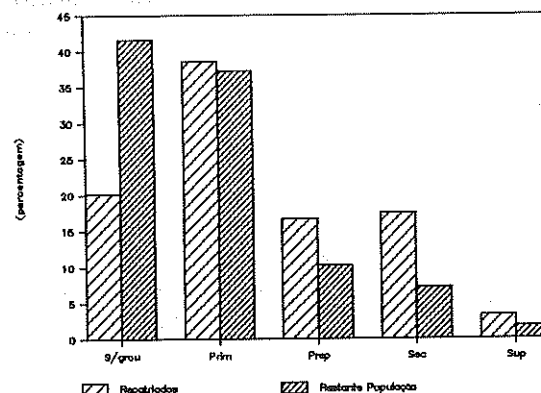


Figura 4
Qualificações (em %, 1981)



português em assegurar um controlo eficaz do processo de transição para a independência, bem como, em alguns casos, a situação de guerra civil e conflito racial, vão provocar, durante o ano de 1975, o êxodo dos portugueses radicados nas colónias.

Para o êxodo contribuiu também a reduzida ou desastrosa intervenção dos colonos na definição e gestão da transição para a independência. O carácter recente da fixação nas colónias da maioria dos portugueses aí radicados, bem como a exclusão da participação que caracterizava o funcionamento do regime político anterior a 1974, poderão ajudar a explicar as debilidades de que enformou aquela intervenção⁽⁸⁾.

As circunstâncias que conduziram ao êxodo e as condições em que este se processou irão marcar, decisivamente, algumas das facetas que nos parecem caracterizar o comportamento de muitos dos repatriados: hostilização ao processo político português na fase inicial do regime democrático, sobrevalorização da componente instrumental e indivi-

(6) As teses da impossibilidade do desenvolvimento sócio-económico em situações de dependência, colonial em particular, são não só incompatíveis com a evidência empírica como tributárias de uma conceptualização inadequada da categoria de desenvolvimento. Neste sentido afigura-se-nos útil reter, da literatura dependentista, o conceito de *desenvolvimento dependente* mas não o de *desenvolvimento do subdesenvolvimento*, propostos, respectivamente por F. HENRIQUE CARDOSO e A. GUNDE FRANK (ver, nomeadamente, F. H. CARDOSO, *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975 e A. G. FRANK, «Le développement du sous-développement», *Critiques de l'économie politique*, 3, 1971, pp. 4-16). Sobre as mudanças operadas no sistema colonial português nas décadas de cinquenta e sessenta ver, em especial, M. NEWITT, *Portugal in Africa: The Last Hundred Years*, London, C. Hurst & Co., 1981.

(7) Ver R. PENA PIRES et al., *op. cit.*

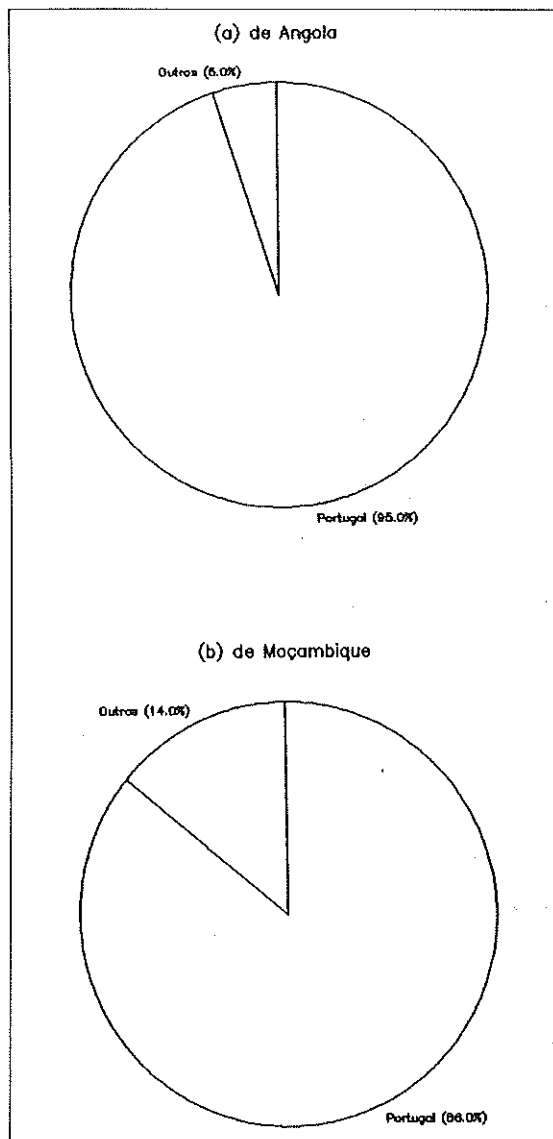
(8) Para o caso de Angola existe alguma informação útil sobre as estratégias da população branca durante o período de transição em F. HEIMER, *O Processo de descolonização em Angola*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980. Para os dados estatísticos sobre o êxodo, ver C. CÓNIM, *op. cit.*

dualista da acção e, sobretudo, uma clara «incongruência» quando se considera a globalidade das suas intervenções e o conjunto dos seus referentes culturais e ideológicos.

Os destinos do êxodo

Embora a maioria dos portugueses radicados nas colónias tenha sido repatriada, Portugal não foi o destino único do êxodo. Por força das circunstâncias, ou por diferentes opções, muitos foram os que emigraram.

Figura 5
Destinos do êxodo
(com origem em Angola e Moçambique)



Essa emigração revestiu quer a forma de uma fixação, quer a de uma escala num terceiro país. E se no segundo caso é provável que o objectivo procurado tenha sido, simplesmente, uma reconstituição

dos stocks de recursos considerados necessários para viabilizar uma integração bem sucedida em Portugal, já no primeiro é possível que se tenha verificado uma recusa pura e simples da solução do repatriamento. Para alguns, essa recusa poderá, aliás, ter tido origem na experimentação das implicações do processo de integração na sociedade portuguesa, hipótese decorrente dos indícios de que, nos últimos anos da década de setenta, Portugal funcionou como placa distribuidora do fluxo do êxodo.

Um estudo pormenorizado sobre os destinos do êxodo poderá contribuir para um maior esclarecimento das questões que nos propusemos tratar, pois é possível que a emigração, quando fundada numa recusa ao repatriamento, tenha funcionado como um processo de filtragem daqueles segmentos da população portuguesa das colónias que mais dificilmente se integrariam em Portugal.

De facto, há elementos que apontam no sentido de a escolha dos destinos alternativos do êxodo ter recaído, maioritariamente, sobre sociedades com importantes pontos de contacto com as ex-colónias de África (casos, nomeadamente, da República da África do Sul e do Brasil) ⁽⁹⁾. Ou seja, a recusa ao repatriamento terá estado associada não só à procura de uma maior facilitação na retoma de percursos de mobilidade ascendente, mas também, e porventura antes do mais, a problemas de identidade: os ex-colonos terão eventualmente reencontrado nos locais de destino da emigração, mas não em Portugal, um tipo de sistema social ancorado em alguns dos mesmos códigos e regras que estruturavam as sociedades de onde tiveram de partir ⁽¹⁰⁾.

2. O ENIGMA DA INTEGRAÇÃO

Em Portugal, os repatriados usufruíram de apoios estatais variados para viabilizar a sua integração, desde pequenas doações até créditos para actividades económicas, em condições especiais, e facilidades no acesso a empregos públicos através do Quadro Geral de Adidos. Embora importantes, esses apoios estiveram obviamente longe de ter a amplitude dos concedidos pelos governos de outros países europeus aos seus repatriados ⁽¹¹⁾. Dada a situação de crise económica que então se vivia em Portugal, o sucesso verificado na integração da grande maioria dos repatriados parece ser paradoxal.

Conjuntura de mudança, políticas estatais e redes de interacção

Para esse sucesso terão contribuído, a nosso ver, diversos factores.

Em primeiro lugar, a maioria dos repatriados

(9) Ver os estudos e dados estatísticos publicados pelo Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas em *Migrações — Cadernos*.

(10) Um processo semelhante parece ter ocorrido aquando da independência da Argélia. Neste caso, porém, a recusa do repatriamento deveu-se também ao facto de muitos «pieds-noirs» não serem de origem francesa. Ver, a propósito, L. PALACIO, *Les Pieds-Noirs dans le monde*, Paris, J. Didier, 1968. No caso português seria esclarecedor averiguar se a opção pela fixação num outro país foi mais marcada entre indivíduos com vínculos menos estreitos com a sociedade metropolitana (nomeadamente colonos de, pelo menos, 2.ª geração).

(11) Sobre os apoios prestados pelo Estado português à integração dos repatriados, ver J. M. LEANDRO, «Retorno de Desalojados e Retorno de Emigrantes», in *Emigração e Retorno na Região Centro*, Coimbra, CCRC, 1984, pp. 63-116. Para uma comparação com o caso francês consultar, em especial, P. CARRIÈRE, «L'insertion dans le milieu rural languedocien des agriculteurs repatriés d'Afrique du Nord», *Études Rurales*, 52, 1973, pp. 57-79 e M. GUIL-LON, *op. cit.*

(12) Ver R. PENA PIRES et al., *op. cit.*

(13) Ver M. JOÃO RODRIGUES, *Pour une alternative aux approches du marché du travail: Le système d'emploi*, Paris, Université de Paris I, mimeo (tese de doutoramento; tradução portuguesa a editar pela D. Quixote), 1987 e B. SOUSA SANTOS, «Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: O caso português», *Análise Social*, XXI (87-88-89), 1985, pp. 869-902.

(14) Pelo contrário, os movimentos colectivos de «pieds-noirs» tiveram forte expressão. Actualmente, embora com uma expressão muito reduzida, começam a emergir formas colectivas de intervenção dos repatriados, nomeadamente através das Associações de Espoliados de Angola e Moçambique (AEANG e AEMO). Curiosamente, é o problema das indemnizações que parece ser capaz de eventualmente dar corpo, tal como em França, a um sentido de comunidade entre repatriados, baseado no que DANIEL LECONTE designa de «solidariedade de espoliados» (*Les pieds-noirs: Histoire et portrait d'une communauté*, Paris, Seuil, 1980, p. 273).

(15) Ver, a propósito, M. GUILLON, «Les repatriés d'Algérie dans la région parisienne», *Annales de Géographie*, 460, 1974, pp. 644-675.

(16) O facto de estarmos particularmente interessados na análise dos casos bem sucedidos da integração não significa o ignorar a existência de muitas situações em que o repatriamento representou uma regressão de status aparentemente irreversível. Convirá, no entanto, ter presente uma das conclusões do único estudo até hoje realizado sobre esses casos de insucesso (a partir de uma amostra de 254 repatriados desempregados inscritos, em 1982, no Centro de Emprego do Porto): «Os repatriados conseguiram, na sua grande maioria, uma rápida e eficaz integração porquanto aqueles que o não conseguiram tinham, em geral, características biográficas e psicológicas muito piores do que as dos desempregados residentes, e, por isso, constituíram um sedimento de cidadãos que muito dificilmente se poderiam integrar no mercado do trabalho» (ARNALDO DROUX, *Os Repatriados da Descolonização Portuguesa: Alguns aspectos psico-sociais da sua reintegração*, Porto, Faculdade de Medi-

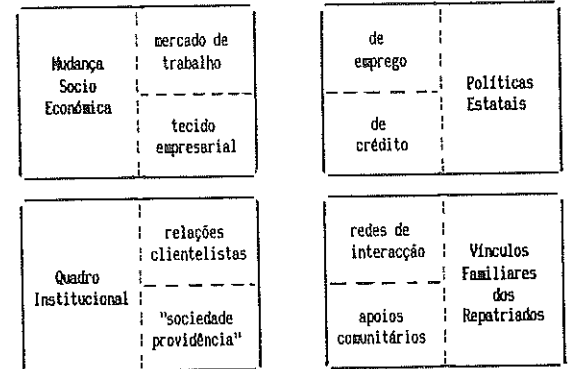
adultos, por ter emigrado para as colónias durante os anos de cinquenta e sessenta, manteve vínculos muito fortes com a metrópole, nomeadamente no plano familiar. Talvez por essa razão, a maioria dos repatriados nascidos em Portugal ir-se-á fixar nos distritos em que nasceu ou, em alternativa, nas zonas para onde se dirigiram, durante as duas décadas que antecederam a descolonização, as migrações internas com origem na sua região de naturalidade⁽¹²⁾.

Em segundo lugar, desenvolviam-se então no país profundos reajustamentos na composição e funcionamento do mercado de trabalho, em particular por crescimento do emprego público, o qual exigia qualificações escolares particularmente disseminadas entre os repatriados. Igualmente se verificava uma forte retracção da acção dos investidores tradicionais e uma rigidificação do mercado de trabalho que, em conjunto, abriam espaços para a iniciativa empresarial de novos agentes.

Em terceiro lugar, Portugal passou por um conjunto de profundas alterações nos padrões culturais, com tradução ao nível da existência de um clima de abertura favorável à absorção de novos estilos de vida, valores e produtos culturais. Ficaram assim esbatidos alguns dos potenciais focos de tensão resultantes do encontro de orientações e comportamentos frequentemente muito diferentes.

Por fim, há que ter em conta o facto de serem muito fortes em Portugal os mecanismos informais de regulação social, tanto no plano das funções habitualmente consideradas como cometidas ao Welfare-State, como no que se refere às regras e mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho e de negociação com o poder político⁽¹³⁾. Permitindo colmatar alguma fragilidade institucional patente nas acções oficiais de apoio ao repatriamento, estas características da sociedade portuguesa viabilizaram por outro lado, e em simultâneo, quer o cariz eminentemente individual das estratégias de integração prosseguidas pelos repatriados⁽¹⁴⁾, quer as muitas teias de cumplicidade mútua por estes entrelaçadas. Construídas com base nas redes densas de interacção no plano da vida quotidiana existentes nas sociedades coloniais, aquelas cumplicidades foram reforçadas no decurso do processo de êxodo emergente da descolonização. De facto, o êxodo constituiu um dos factores fundamentais para o desenvolvimento de elementos de unificação da população portuguesa repatriada, como já tinha acontecido com os «pieds-noirs», pois foi um movimento no qual estiveram envolvidos, em condições muito semelhantes, indivíduos de todas as classes de idade e de todas as categorias sociais. Muito diferentes foram as situações em que o processo de repatriamento se desdobrou por várias vagas migratórias envolvendo, cada uma, efectivos com características específicas no plano demográfico, social e étnico — nestes casos, de que o repatriamento dos holandeses da Indonésia constitui o melhor exemplo, verificou-se, pelo contrário, uma reafirmação dos factores de diferenciação da população repatriada⁽¹⁵⁾ (Figura 6).

Figura 6
Factores de integração
(modelo provisório parcelar)



CONTEXTO FAVORÁVEL
REDES DE APOIO

Estratégias do sucesso

As características do contexto em que se processou a inserção inicial dos repatriados, as diversas redes de apoios formais e informais que viabilizaram ou aceleraram essa inserção, bem como os fortes vínculos mantidos pelos portugueses radicados nas colónias com a sociedade metropolitana, embora importantes, não nos parecem, no entanto, ser suficientes para explicar satisfatoriamente a forma como se processou a integração da população repatriada. Para tal é ainda necessário, senão mesmo decisivo, analisar as diversas estratégias desenvolvidas pelos próprios repatriados.

Esta nossa posição não radica «apenas» no entendimento de que não há explicação possível dos processos sociais sem uma análise da intervenção dos actores sociais neles envolvidos, posicionamento este que é fundamentado no reconhecimento da especificidade da acção humana, isto é, no reconhecimento de que os seres humanos são dotados de intelegibilidade sobre os contextos da acção e competentes, ainda que de forma limitada e desigual, para alterar esses contextos. No caso vertente, os dados já disponíveis apontam para a plausibilidade da hipótese de que existiu uma retoma, relativamente generalizada, entre os repatriados, dos percursos de mobilidade ascendente interrompidos com a descolonização, embora com diferentes ritmos e graus de sucesso⁽¹⁶⁾. É possível observar indícios do sucesso dessa retoma na presença mais forte dos repatriados nos grupos sociais com maior capacidade de intervenção social nos domínios económico, político e cultural, do que nos grupos subordinados⁽¹⁷⁾. Ou seja, os resultados da integração parecem indicar que, da vivência colonial, os repa-

triados retiveram não só a nostalgia de um mundo perdido e a memória de um status que desejam reconquistar em Portugal ⁽¹⁸⁾, mas também algumas competências que, adquiridas pela experiência, puderam ser utilizadas com sucesso na reconstrução de percursos de mobilidade ascendente (Quadro 1).

Que competências possibilitaram as estratégias do sucesso e como foram essas estratégias desenvolvidas, isto é, quais os recursos mobilizados, as regras accionadas e as negociações realizadas nos processos de interacção envolvidos na (re)integração, são componentes do enigma que, de momento, ficam por solucionar.

3. AGENTES DE MUDANÇA NUMA SOCIEDADE EM MUTAÇÃO

O processo de repatriamento tem uma dupla relação com a problemática da mudança social em Portugal. Por um lado, e como atrás referimos, o facto de este ter ocorrido num período de intensa mutação da sociedade portuguesa parece ter constituído factor de importância decisiva na integração dos repatriados. Por outro, esse processo deverá ter constituído, ele próprio, uma fonte de importantes mudanças em diversos domínios.

Não é fácil isolar aquelas dimensões dos processos de mudança social ocorridos em Portugal nas últimas décadas que são imputáveis ao repatriamento. Por outro lado, não é ainda possível responder cabalmente à interrogação que formulamos inicialmente (quais os impactos do repatriamento na sociedade portuguesa), sem completar a solução do enigma da integração segundo as linhas acima sumariamente equacionadas. De facto, sem uma análise relativamente discriminada das estratégias da integração é impossível detectar e explicar os processos de mudança de alguns dos eixos de estruturação da sociedade portuguesa, eventualmente induzidos pela acção dos repatriados ⁽¹⁹⁾.

Impactos sócio-demográficos

Há no entanto alguns domínios em que os impactos do repatriamento têm uma maior visibilidade e foram já recenseados e medidos ⁽²⁰⁾.

Em primeiro lugar, o repatriamento foi, na década de setenta, o mais importante movimento populacional ocorrido no país, com importantes consequências no plano demográfico. Estas consequências deveram-se não só à dimensão dos efectivos envolvidos, mas também ao contraste entre a população repatriada e a restante população portuguesa. Contraste que é fácil de definir: como resultado da emigração a população portuguesa tinha, no princípio da década de 70, um défice acumulado de homens e de activos jovens, apresentando-se profundamente envelhecida. Pelo contrário, a

Quadro 1

Grupo Sócio-Económico

(% de repatriados na população portuguesa, 1981)

- 11% • dirigentes, membros dos corpos legislativos e quadros superiores dirigentes da administração pública e privada
 - quadros técnicos, científicos, de ensino e similares
 - directores e chefes de exploração agrícola
- 9% • profissões liberais
 - patrões não agrícolas
 - pessoal de enquadramento dos trabalhadores do comércio, dos administrativos, dos serviços e da administração pública
 - outro pessoal do comércio, dos administrativos, dos serviços e da administração pública
- 8% • trabalhadores por conta própria não profissionais liberais e não agrícolas
- 7% • encarregados e capatazes
- 5% • operários qualificados e especializados
- 4% • operários indiferenciados
- 2% • trabalhadores agrícolas por conta de outrem
 - trabalhadores agrícolas por conta própria
 - membros de cooperativas agrícolas
- 1% • patrões agrícolas

população repatriada apresentava uma relação de masculinidade positiva, uma elevada proporção de jovens em idade activa e de mulheres em idade fecunda, e uma muito baixa percentagem de idosos. Isto é, tratava-se de uma população jovem e com um elevado potencial de reprodução. Dado este contraste, o repatriamento contribuiu decisivamente para travar, e em alguns casos inverter, as tendências regressivas existentes na população portuguesa durante as décadas anteriores.

Em segundo lugar, e como resultado da estrutura da distribuição das habilitações escolares entre os repatriados, o repatriamento possibilitou um ligeiro aumento do potencial de mão-de-obra qualificada em segmentos importantes do mercado de trabalho e acelerou alguns dos movimentos de recomposição da estrutura de classes em curso no país.

Em terceiro lugar, a existência de concentrações importantes de repatriados em regiões periféricas do território nacional permitiu atenuar algumas das assimetrias regionais referenciáveis ao plano demográfico e à distribuição da mão-de-obra qualificada.

Em quarto lugar, os repatriados contribuíram, com base nos créditos especiais que lhes foram concedidos, para a revitalização das actividades empresariais e do mercado de trabalho num período marcado por tendências de regressão económica particularmente acentuadas.

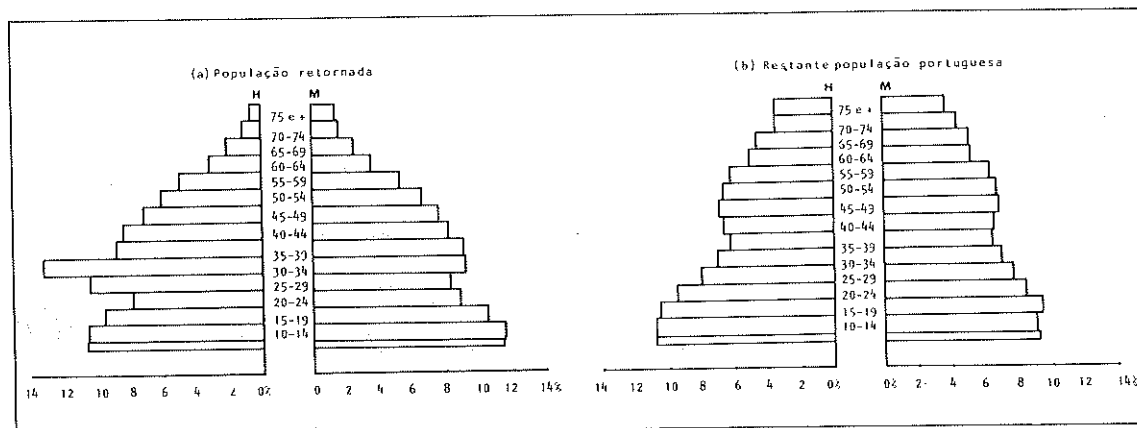
Finalmente, foi ainda possível observar que o repatriamento se traduziu por um incremento substancial dos grupos religiosos minoritários (muçulmanos, nomeadamente).

cina da Universidade do Porto, mimeo, tese de mestrado, 1986, p. 125).

(17) Ver R. PENA PIRES et al., *op. cit.*

(18) A memória da vivência colonial, em particular na sua dimensão nostálgica, é o resultado de um processo complexo de reconstrução das recordações dos repatriados, no qual assume grande importância a forma como aqueles racionalizaram as vicissitudes do êxodo e da integração na sociedade portuguesa. Neste sentido, e como o realça JOELLE HUREAU para o caso dos «pieds-noirs», o imaginário joga um papel decisivo na edificação da memória dos repatriados (*La mémoire des pieds-noirs: de 1830 à nos jours*, Paris, Olivier Orban, 1987). Ter presente esta questão na construção de processos de inquirição dirigidos à população repatriada constitui precaução fundamental, pois a informação que por esta via se pode obter é veiculada no decurso de uma prática discursiva cujos conteúdos semânticos têm por referente, entre outros, aquele universo imaginário da memória. Sobre os problemas epistemológicos e metodológicos envolvidos, em geral, na produção de dados a partir das verbalizações dos actores sociais ver, por exemplo, VIRGÍ-

Figura 7
Pirâmides de idades (1981)



NIA FERREIRA, «O Inquérito por Questionário na Construção de Dados Sociológicos», in: A. SILVA e J. MADUREIRA PINTO (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1986, pp. 165-195 e JOÃO S. BAPTISTA, «Artes e Regras de Perguntar: O Inquérito», *O Estudo da História*, 4, 1988.

(19) Para uma fundamentação teórica da perspectiva por nós adoptada na problematização das relações entre estratégias de integração dos repatriados e impactos do repatriamento, ver as teses de GIDDENS sobre a dualidade da estrutura, em particular as formulações contidas em *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1984.

(20) Ver R. PENA PIRES et al., *op. cit.*

(21) Para uma primeira aproximação à multidimensionalidade dos impactos do repatriamento, ver a importante informação recolhida por F. DA COSTA num trabalho jornalístico de invulgar qualidade — *Os Retornados Estão a Mudar Portugal*, Lisboa, Relógio d'Água, 1984.

(22) Sobre a importância do estudo das trajectórias dos agentes para a análise das práticas sociais ver, nomeadamente, P. BOUDIEU, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genève, Droz, 1972.

(23) Sobre os conceitos utilizados, ver A. GIDDENS, *op. cit.*

Figura 8
(Distribuição geográfica
% retornados na população residente,
por concelho, 1981)

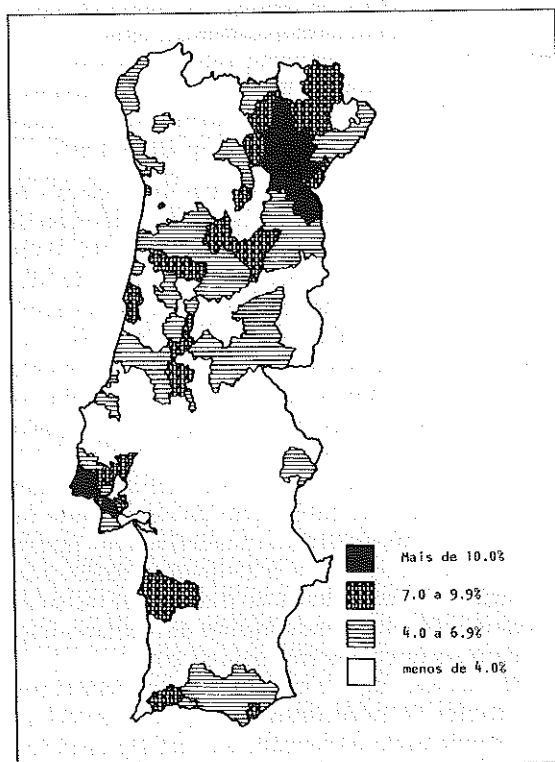
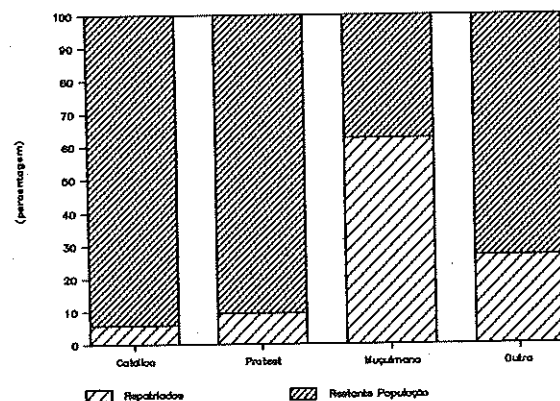


Figura 9
Religião
(% retornados na população portuguesa, 1981)



trajectórias os repatriados estiveram envolvidos num processo de aprendizagem de novos saberes, o qual possibilitou a expansão do seu «capital cultural», em domínios tão diversos como os que se prendem com:

- a manipulação dos recursos implicados nas práticas económicas e políticas;
- a regulação normativa dos processos de interacção;
- a actualização dos códigos simbólicos e discursivos ⁽²³⁾.

A provável ocorrência de um processo de aprendizagem tão abrangente deve-se ao facto de as sociedades coloniais em que estiveram inseridos os repatriados apresentarem características que possibilitaram:

- a emergência de oportunidades acrescidas de construção de percursos de mobilidade ascendente;
- a atenuação de alguns dos processos de controlo

Quadro 2
Crédito CIFRE
(resultados globais,
1977-78)

Valor do financiamento	18.461.850.000\$
Estrutura do financiamento	
• Agricultura	29.7%
• Indústria	47.0
• Construção	4.6
• Comércio	6.1
• Serviços	9.3
• Outros	3.3
Número de projectos	8.350
Postos de trabalho	64.577

Trajectórias, aprendizagem e efeitos de estruturação

Os impactos atrás listados constituem apenas, provavelmente, a ponta do «iceberg» dos efeitos do repatriamento ⁽²¹⁾.

De facto, aquele movimento representou, acima de tudo, a inclusão, na sociedade portuguesa, de um grande número de indivíduos com trajectórias muito diferentes das que caracterizam a biografia da maioria dos portugueses ⁽²²⁾. No decurso dessas

social das componentes tácitas e informais das regras normativas;

- um contacto directo com ambientes culturais muito diferentes dos existentes no contexto europeu ⁽²⁴⁾.

É evidente que o tipo e o grau de especificação de saberes próprios, em todos e cada um dos domínios referidos, deverá variar bastante de repatriado para repatriado pois, por um lado, foram muito desiguais os modos, espaços e tempos da sua inserção nas sociedades coloniais e, por outro, existiam diferenças significativas entre as várias colónias. É mesmo provável que o desenvolvimento de traços sócio-culturais especificamente referenciáveis à situação colonial só tenha desembocado na emergência e consolidação de referentes de identidade colectiva mais intensos que os derivados da pertença à nação portuguesa e à cultura europeia, para uma minoria da população portuguesa radicada nas colónias, visto esta ser maioritariamente composta por emigrantes de primeira geração. Para além de contribuir para explicar o predomínio da opção pelo êxodo naquela população, a situação referida terá certamente facilitado a sua integração na sociedade portuguesa, inviabilizando a constituição de uma comunidade alargada de repatriados ⁽²⁵⁾.

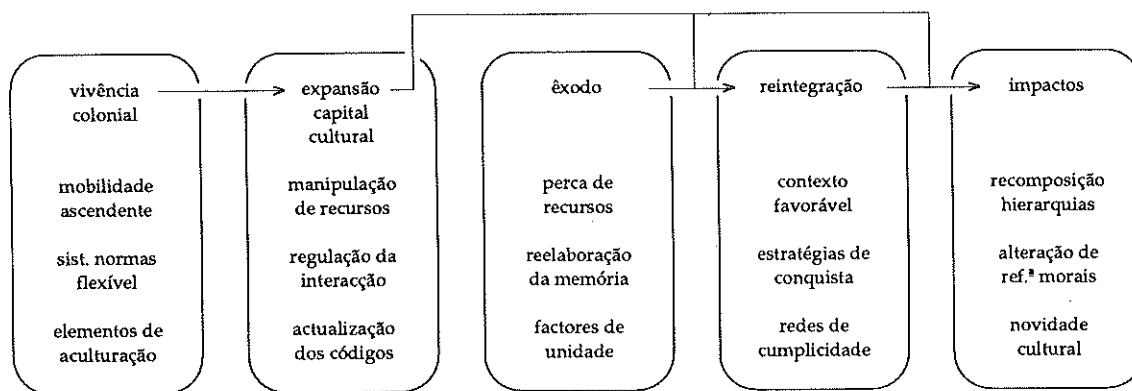
De qualquer forma, as aquisições da vivência colonial, e a sua reinterpretação com base na

experiência do êxodo, manifestam-se certamente ainda hoje, com mais ou menos intensidade, nas condutas dos repatriados. É pois aconselhável prolongar o estudo dos impactos do repatriamento a domínios que extravasam o universo delimitado pelas estatísticas oficiais. Em particular, seria importante avaliar em que medida os efeitos de estruturação induzidos pela acção dos repatriados terão contribuído para:

- a recomposição das hierarquias sociais e a difusão de novas regras alocativas e de autoridade (nomeadamente a nível local) ⁽²⁶⁾;
- a transformação das práticas de sociabilidade e a difusão de referências morais, valorizando a construção de um espaço de autonomia e identidade individual;
- o desenvolvimento de novos consumos culturais e a adopção de orientações estéticas e de usos da linguagem originais (principalmente entre as camadas jovens da população).

Em suma, uma explicação eficaz das múltiplas transformações sócio-culturais ocorridas em Portugal no pós 25 de Abril passa por delimitar os contributos do repatriamento para tais transformações e, em especial, por avaliar em que extensão e profundidade esses contributos introduziram elementos de *novidade* na dinâmica da sociedade portuguesa ⁽²⁷⁾.

Figura 10
Impactos do repatriamento
(modelo provisório parcelar)



(24) Lamentavelmente, está por realizar o estudo das relações e práticas sociais entre a população de origem europeia radicada nas ex-colónias portuguesas. Com a extinção do sistema colonial português, um tal estudo terá de se socorrer, exclusivamente, da memória dos repatriados e da análise de fontes documentais diversas, com particular destaque para os textos literários. Para uma exemplificação deste tipo de abordagem, para o caso argelino, ver J. HUREAU, *op. cit.*.

(25) Sobre a importância dos processos de definição de critérios de pertença à colectividade como fonte de tensões e conflitos ver, em particular, S. N. EISENSTADT, *Revolução e a Transformação das Sociedades*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

(26) Os conceitos de regras alocativas e de autoridade têm por base uma reformulação pessoal dos critérios de distinção entre regras e recursos propostos por A. GIDDENS (nomeadamente em *The Constitution of Society*, *op. cit.*).

(27) Entre as perspectivas teóricas que entendem a mudança social fundamentalmente como o resultado de acontecimentos produtores de *novidade* e não como a progressiva realização de um potencial evolutivo inscrito nos fundamentos dos sistemas sociais, são particularmente sugestivas as propostas por A. GIDDENS e R. NISBET, nomeadamente em, respectivamente, *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, London, MacMillan, 1981 e «El problema del cambio social», in: R. NISBET (ed.), *Cambio Social*, Madrid, Alianza Editorial, pp. 12-51.